

HABEAS CORPUS Nº 515.378 - ES (2019/0168059-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : RAONY FONSECA SCHEFFER PEREIRA
ADVOGADO : RAONY FONSECA SCHEFFER PEREIRA - ES016585
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ABINER ALMEIDA PRADO (PRESO)
PACIENTE : CELSO RICARDO DA SILVA PRADO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de ABINER ALMEIDA PRADO e CELSO RICARDO DA SILVA PRADO, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes.

Aduz, para tanto, que " (i) a primeira decisão que decretou a prisão preventiva carece de qualquer fundamentação; em contrapartida (ii) a segunda decisão [que negou a revogação da cautelar ora combatida] se valeu de fundamentos genéricos / inidôneos, sem respaldo em elementos concretos; (iii) em ambas a Autoridade Coatora não analisou o pedido / a possibilidade de substituir a preventiva por outra medida cautelar menos gravosa que a prisão" (fl. 20).

Alega a ausência de justa causa e a atipicidade das condutas. Requer, ainda, a desclassificação da conduta perpetrada.

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor de ABINER ALMEIDA PRADO e os demais pedido quanto ao outro paciente.

É o relatório.

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de

liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (Súmula nº 691/STF).

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"[...]

Como qualquer prisão antes da condenação transitada em julgado, a prisão- preventiva reveste-se de caráter cautelar. Para tanto, devem-se fazer presentes: (i) a viabilidade do direito, consubstanciada na prova da existência do crime, em conformidade com as hipóteses previstas no artigo 313, e em indícios suficientes de autoria; e (ii) o perigo da demora em relação ao objeto da persecução, com base nas situações previstas no artigo 312 do Código Penal.

A seu turno, o artigo 312 do Código de Processo Penal estabelece quatro hipóteses de decretação da custódia preventiva, quais sejam: (a) garantia da ordem pública; (b) garantia da ordem econômica; (c) por conveniência da instrução criminal; ou (d) para assegurar a aplicação da lei penal.

Além desses pressupostos básicos, a real necessidade da prisão surge como requisito complementar, que deve estar associado a um dos fatores antes referidos para que se possa cogitar da aplicação de medida tão extrema.

Salienta-se que o pedido de revogação da prisão preventiva ^destina-se exclusivamente ao paciente ABINER ALMEIDA PRADO

Já os demais pedidos, destinam-se tanto à ABINER quanto ao paciente CELSO RICARDO DA SILVA PRADO, que se encontra respondendo ao/processo em liberdade.

Ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, o magistrado de primeira instância assim se manifestou: ^

[...]

In casu, da análise detida dos autos, nota-se que a materialidade está demonstrada pelo Boletim de ocorrência de nº 38235856. Quanto à autoria, entendo que os indícios estão presentes, pelos depoimentos das testemunhas e das vítimas, bem como o auto de reconhecimento de pessoas.

O documento/declaração acostada à fl. 83-vº foi trazido aos autos como forma de demonstrar que os reses foram entregues espontaneamente pelas supostas vítimas, e que entre o réu Abiner e as supostas vítimas existia de fato uma negociação amigável. Tal documento, por

si só, não comporta demonstrar a legitimidade de uma negociação. A esse respeito, é notável que em sua declaração, a vítima Laerth informou o seguinte:

(...) QUE pouco antes de chegar do curral, uma das pessoas que chegou na moto pegou um documento e disse para o declarante "assina esse papel aqui que o Aniceto Rossete mandou receber esse papel na sua mão"; QUE o declarante disse que estava sem óculos; QUE o criminoso disse "assina logo ou vou dar um tiro na sua cabeça"; QUE o declarante assinou, mas não sabe do que se trata; QUE o criminoso pegou a carteira de habilitação do declarante para conferir a assinatura; QUE após isso o declarante e Manoel! foram levados para o curral e colocados num espaço onde é guardado sal e cela; QUE mesmo esse criminoso, com arma em punho, ficou vigiando o declarante e Manoel;(...)

Diante de tais circunstâncias, os indícios são fortes no sentido de que a declaração trazida pelo réu foi confeccionada e assinada pelas vítimas sob grave ameaça.

Importante registrar que as condições pessoais favoráveis ainda que documentalmentemente comprovadas, não possuem o condão de por si sós, conduzirem à revogação da prisão provisória imposta, quando estiverem presentes, de maneira concreta, os requisitos que autorizam a sua decretação, previstos no art. 312, do Código de Processo Penal.

Ademais, importante mencionar que apesar da alegada primariedade dos réus, os fatos imputados foram praticados na companhia de Magno Pedro Teixeira Martins, ora denunciado nas iras do art. 14 e 16 da Lei 10.826/03, tendo sido a prisão em flagrante convertida em preventiva e mantida após pedido de revogação, conforme se extrai da consulta processual nos autos nº 0000053-11.2019.8.08.0068.

Por sua vez, o também réu, Júlio Cezar Sudre de Barros, que agiu em comunhão de desígnios para praticar os fatos narrados na inicial, possui antecedentes maculados, havendo contra ele duas condenações criminais, de acordo com o extrato de consulta processual nos autos dos processos nº 0000497-64.2007.8.08.0068 e 0000648-88.2011.8.08.0068 (anexos).

Neste processo, pai e filho são réus! Estando o pai preso e o filho, possivelmente em outro estado da Federação.

Em que pese as alegações do advogado de defesa, entendo que está evidenciada a imprescindibilidade da segregação cautelar para resguardar a ordem pública em razão da gravidade concreta do delito em tese praticado, assim, renovo os argumentos expostos na decisão de fls. 57 e vº, vez que ainda se encontram presentes todas as circunstâncias favoráveis a manutenção das prisões preventivas, principalmente para a de conveniência da instrução criminal, vez ser existente a chance/possibilidade de ocultação/destruição de provas e ainda o fato de que as testemunhas e vítimas não foram ouvidas judicialmente, podendo estas se sentirem ameaçadas com a soltura dos acusados, principalmente pela forma que supostamente ocorreu o crime; para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, visando não só prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas

acautelar o meio social e a própria à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência. Em outros termos, há justa causa (fumus commissi delicti) extraída por constatação probatória, jl /

Ainda, vale salientar dos autos que os pacientes supostamente teriam subtraído) 10 (dez) bois das vítimas Laerth e Manoel, mediante emprego de violência e grave ameaça.

Salienta-se que dos autos infere-se que os pacientes teriam trancado as vítimas num quarto, dentro do sítio Todos os Santos, mantendo as vítimas sob mira de armas de fogo, para então subtrair-lhes os bens.

Nos termos do que acima se lê, é inconteste a materialidade delitiva e são fortes os indícios de autoria do crime de furto por parte do paciente.

Assim, verifico que a segregação cautelar em face de ABINER ALMEIDA PRADO mostra-se como necessária para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Ademais, seguindo a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "em matéria de prisão cautelar> deve ser observado o princípio da confiança no juiz do processo, uma vez que está presente no local onde o crime é cometido e conhece as peculiaridades do caso concreto, sendo quem melhor pode avaliar a necessidade da decretação e manutenção da segregação cautelar." (STJ. HC 289373 / MG Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE) Dje 22/05/2014).

Dando continuidade, sustenta o impetrante a ocorrência de excesso de prazo entre a data do recebimento da denúncia até os dias atuais, passaram-se mais de sessenta dias, e não há sequer previsão para realização da audiência de instrução e julgamento.

Não vejo como acolher a pretensão defensiva, eis que trata-se de processo complexo, com vários réus, e diante de suas peculiaridades, não há como sustentar a ocorrência de excesso de prazo.

Por fim, sustenta o impetrante a ilegitimidade do Ministério Público para figurar como polo ativo da causa, a atipicidade da conduta, ausência de justa causa, além da realização de emendatio libelli para tipificar as condutas dos pacientes como exercício arbitrário das próprias razões.

Verifico que as alegações defensivas demandam dilação probatória e se confundem com o mérito da própria ação penal, não sendo pertinente analisa-las na estreita via do Habeas Corpus.

Dessa forma, não vislumbro razões para a antecipação da tutela pretendida, razão pela qual INDEFIRO o pedido 'de liminar' (fls. 292-297).

In casu, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

DJe de 22/8/2014; **HC nº 121828, Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**,
DJe de 25/6/2014; **HC nº 123549 AgR, Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármem**
Lúcia, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC nº 392.348/RO, Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC nº 392.249/PR, Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC nº 392.316/SP, Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC nº 391.936/SP, Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HCnº 392.187/SP, Sexta Turma**, Rel.^a Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator